

A Igreja Católica não está destinada a desaparecer, mas a renascer. As transformações que ela vive hoje em dia preparam-na para esse parto difícil. As brasas do Ressuscitado não se extinguem. A seiva do Espírito Santo continua a irrigar o povo de Deus. Estou feliz por viver nesta época de preparação de uma primavera para a Igreja.



**a Igreja é chamada
a renascer.** Bispo Jacques Gaillot

Foi o bispo rebelde da Igreja de França e pagou bem caro por isso. Em 1995, D. JACQUES GAILLOT foi afastado, por Roma, da “sua” diocese de Évreux, à frente da qual esteve durante treze anos, por intervir a todos os níveis nos meios de comunicação, com plena liberdade de expressão, fazendo com que os seus superiores ficassem profundamente ofendidos. Não foi destituído das suas funções, mas sim “transferido” com o título de bispo de *Parténia*, uma diocese fantasma, já há séculos sem igrejas nem fiéis, nas terras altas da Argélia, perto de Setif. O bispo, agora com oitenta e quatro anos de idade, foi “reabilitado” pelo papa Francisco, que o recebeu para uma longa conversa, em 2015, e conserva atualmente a sua liberdade de expressão, não dando, porém, mais entrevistas, ou concedendo-as, apenas, muito raramente.

A entrevista é de JÉRÔME CORDELIÉ, publicada por *Le Point*, 12-03-2019.



GAILLOT mora, há vinte anos, num convento das irmãs da Congregação do Espírito Santo, fundado no século XVIII, atrás do Panteão, em Paris, e continua, discretamente, a travar as batalhas às quais dedicou a sua vida. Ainda preside à associação *Droits Devant!*, por ele fundada em conjunto com Albert Jacquard e Léon Schwartzberg, e continua a ajudar as famílias de migrantes hospedadas graças à associação Direito à Habitação, num ginásio do oitavo distrito, nas traseiras da igreja de Santo Agostinho, “e não longe do Eliseu”, como nos disse, com aqueles seus olhos azuis travessos. D. Gaillot também visita prisioneiros, entre os quais Yvan Colonna, há quinze anos preso em Arles, e Georges Ibrahim Abdallah – chefe da Fação Armada Revolucionária Libanesa (FARL), condenado a prisão perpétua por cumplicidade num assassinato, em 1987, em Lannemezan, perto dos Pirenéus. “Argelino de alma”, acompanha, dia após dia, a atual revolta desse “admirável povo, jovem e dinâmico”.

Propusemos a D. Gaillot que saísse por momentos do seu silêncio em relação aos meios de comunicação, para comentar os acontecimentos que abalam a Igreja Católica. Como veremos já em seguida, nada perdeu da sua liberdade de expressão, nem da sua capacidade de apreender o presente e o futuro com esperança. **“Sou um homem de esperança – diz Jacques Gaillot –, o que me vem da fé. O Evangelho não está trancado numa instituição. Em todos os lugares do mundo encontramos vestígios da vitalidade da Igreja; são muitos os homens e as mulheres que deixam a sua marca e vivem as suas convicções cristãs”.** Como ele próprio, Jacques Gaillot, bispo de Parténia.

O senhor, que sempre teve uma grande capacidade de indignação, está revoltado com o que ouve dizer sobre a Igreja de hoje? E de que forma?

Não costumo fixar os meus olhos na Igreja, mas no mundo da exclusão: as pessoas sem abrigo lançadas na rua, abandonadas. É inaceitável! Quando chegam a Paris, esses homens, essas mulheres, essas crianças têm apenas um bem: a sua dignidade. Vão-se acumulando à beira das vias de comunicação ou debaixo das pontes. É uma pena! Ninguém no mundo olha para as minorias em busca de uma terra e de um futuro. É isso que me indigna, acima de tudo, hoje em dia. Respondendo à sua pergunta: o que ouço sobre a Igreja não me revolta. Sempre preferi o destino dos indivíduos ao das instituições, e neste momento estou do lado das vítimas de abusos sexuais. As suas palavras atingem-me profundamente. Tomo como minhas as suas feridas.

O filme de François Ozon sobre o caso Preynat e um documentário da cadeia Arte sobre os abusos sexuais cometidos por padres contra as freiras... A Igreja é fortemente desafiada pela sociedade, particularmente na França. Viu esses filmes? Qual a sua reação?

Gostei do filme de François Ozon, realizado com muito respeito e repleto de emoções. Quão difícil é retirar a verdade das sombras e fazê-la vir à luz! O segredo está tão enterrado e protegido! É uma tampa pesada difícil de levantar. As famílias envolvidas estão divididas e abaladas. Ninguém sairá ileso. Mas “a verdade vos libertará”, disse Jesus. O documentário sobre as freiras sexualmente abusadas por padres foi um choque. Sentime humilhado e indignado com a injustiça cometida contra essas freiras. Como disse Victor Hugo: “Fazemos

caridade quando não conseguimos impor a justiça”. A caridade pressupõe a justiça. Esquecemo-nos disso.

Sente que existe, atualmente, uma “catofobia” ou católico-fobia, na França?

Não me apercebi disso. Há, acima de tudo, uma suspeita em relação aos sacerdotes, o que lhes causa uma grande dor, mesmo quando não a manifestam. Sofro com eles.

Estará a Igreja de França cada vez mais reacionária, como mostra o historiador e sociólogo Yann Reason du Cleuziou, no seu último livro, *Une contre-révolution catholique* [Uma contrarrevolução católica]?

Na Igreja de França, sempre houve uma franja conservadora. É influente, faz-se ouvir hoje em dia. O discurso da identidade está em ascensão. Afirmemos a nossa fé. Compartilhemos as nossas convicções. Não podemos aceitar tudo. Se fizermos como o resto do mundo, então nada mais temos a dizer. Este discurso da identidade pode ser tranquilizante, mas não atinge o coração do Evangelho, ou seja, a solidariedade com aqueles que a sociedade abandona. “Era estrangeiro e não me acolhestes”. Quem vibra com estas palavras, pode ter a certeza de que não é como o resto do mundo!

A condenação do cardeal Barbarin marca uma inflexão na Igreja de França? Questiona o seu sistema de governo?

A condenação e a renúncia do cardeal são atos fortes que falam mais do que todos os discursos. É uma vitória para as vítimas, presentes e futuras. Uma página é, finalmente, virada. A cultura do segredo pertence ao passado. A transparência é exigida em todos os níveis da Igreja. abusos sexuais devem ser denunciados e levados

ao conhecimento da justiça. A tolerância zero torna-se a regra. Somos todos cidadãos sujeitos à justiça dos homens. O Estado laico impôs-se. Isso provoca uma série de mudanças! As mentalidades precisam de tempo para evoluir. Estas novas práticas levarão o seu tempo. Vão demorar uma geração.

Entrou a sociedade francesa numa “era pós-cristã”, como salienta o diretor do Ifop, Jérôme Fourquet, no seu último livro, *L’Archipel Français* [O Arquipélago Francês]?

Acredito que sim. Entrámos num mundo novo. Há uma nova maneira de o indivíduo crente viver o espaço e o tempo e viver a sua fé. A Igreja Católica, na França, tornou-se minoritária, com a eliminação das suas estruturas e da sua cultura. Já não é uma referência. Podemos viver sem ela. Mas o Evangelho é sempre jovem. Não está confinado à instituição da Igreja. Continua o seu curso, com os olhos no futuro, para além das fronteiras e fora de qualquer estrutura religiosa. É vivido em plena modernidade, embalado por mulheres e homens livres e solidários com os mais necessitados.

Está o papa Francisco a tomar as decisões certas na luta contra os abusos sexuais, especialmente após o encontro de Roma?

Este encontro que reuniu os presidentes das Conferências Episcopais do mundo inteiro, foi uma das primeiras decisões. Permitiu que os bispos ouvissem juntos os testemunhos das vítimas, testemunhos que foram impressionantes. Ouvimos mesmo alguns murmúrios relacionados com essas histórias. Muitos puderam compreender que a pedofilia não estava restrita a determinadas regiões do mundo. Está em toda parte, inclusive na própria Igreja de cada um. Porém, o discurso final do papa desapontou-me: estava à espera de reações fortes que rasgassem o futuro. Por exemplo, que se voltasse ao estatuto do sacerdote. Teria sido interessante que o papa tivesse colocado na mesa a questão do celibato dos padres. É uma questão posta por muitos cristãos e não cristãos.

Em 2015, foi recebido pelo papa para uma conversa pessoal. Continua a apoiá-lo?

Estou completamente com o papa Francisco, que empunha a primavera do Evangelho. Isso não me impede de o criticar quando profere palavras que considero infelizes: assim, a propósito do seu apoio aos bispos durante a sua viagem ao Chile, a sua apreciação do “género”, a sua reflexão sobre os homossexuais...

O que fará com que este papa entre para a história?

Para mim, será o papa da abertura, capaz de derrubar fronteiras e de estender a mão aos migrantes.

Houve momentos em que ele o tenha desapontado?

Infelizmente, sim! Sinto-me atualmente desapontado ao ver que há reformas substantivas que estão por fazer. O direito da Igreja permanece inalterado. A reforma da cúria romana ainda não está concluída.

Compreende por que razão ele o dececiona?

Estou a tentar perceber! O papa foi, sem dúvida, surpreendido por estes problemas de pedofilia que nunca mais acabam! Preocupa-se com a unidade da igreja e não quer provocar cismas, é um homem

prudente. Mas já está no sexto ano do seu pontificado. Deve agir agora ou nunca

Será ele dificultado na sua ação por um poder gay omnipresente no Vaticano, como argumenta o jornalista e investigador Frédéric Martel no seu livro *Sodoma*?

Não li o livro, mas lembro-me do título de um outro, *Francisco entre os lobos*. O Papa tem inimigos. Os cardeais expressam as suas divergências com ele. Que Francisco possa permanecer um homem livre no Vaticano é um feito notável! Mas a existência de um “poder gay omnipresente” no Vaticano surpreende-me e deixa-me perplexo.

Estão os reacionários a ganhar terreno na cúpula da Igreja?

Espero que não. Espero de Francisco algumas iniciativas que nos irão surpreender. Francisco de Assis, cujo nome ele assumiu, foi um reformador radical do Evangelho.

Estará a própria existência da Igreja Católica ameaçada pela atual crise?

A Igreja Católica não está destinada a desaparecer, mas a renascer. As transformações que ela vive hoje em dia preparam-na para esse parto difícil. As brasas do Ressuscitado não se extinguem. A seiva do Espírito Santo continua a irrigar o povo de Deus. Estou feliz por viver nesta época de preparação de uma primavera para a Igreja.

Por que não surge uma voz mais forte que sustente a palavra da Igreja, especialmente na França?

Estamos a atravessar uma zona de turbulências. Na França, especialmente. A palavra está ausente. Quando os coletes amarelos começaram a tomar conta das ruas, em novembro passado, o meu desejo era que se ouvisse uma voz da Igreja que fizesse brilhar a justiça, tendo em conta a injustiça social que todos nós sofremos e as desigualdades que não param de aumentar.

Guarda ainda algum ressentimento para com esta Igreja romana que o marginalizou?

Nunca senti ressentimento em relação à Igreja romana. Felizmente! Vive-se mal quando se guarda ressentimento no coração. Sofri uma injustiça. Mas a Igreja foi capaz de abrir um caminho que me era desconhecido pelo Evangelho. Estou grato por isso.

A haver uma decisão importante a ser tomada para mudar a Igreja, qual seria ela, do seu ponto de vista?

Tenho consciência de que uma decisão, por mais importante que seja, não será capaz de mudar a Igreja. Seria preciso muito... Arrisco-me, no entanto, a propor uma. Nos países que sentem essa necessidade, deveríamos ser capazes de chamar mulheres e homens de experiência, casados ou não, que exerçam uma profissão, para exercer um ministério na Igreja. Nunca fui hostil à ideia dos padres casados. Mas por que não começar por abrir esse acesso às mulheres? Essas mudanças significativas deveriam ser feitas com o acordo das comunidades e do bispo, e por um determinado tempo. Já não se trata de esperar pela apresentação de candidatos, mas de tomar a iniciativa do chamamento em função das necessidades da Igreja.

QUESTIONAR a Igreja não significa forçosamente colocá-la em questão.

até onde se pode debater na Igreja?



Entrevista à francesa ANNE-MARIE PELLETIER, primeira teóloga a receber o prémio Ratzinger, considerado o “Nobel” da Teologia, sobre algumas das questões que perpassam o catolicismo de hoje, como o posicionamento das mulheres nas comunidades católicas, a Bíblia na vida da Igreja e o clericalismo.

Debater no seio da nossa Igreja parece-lhe ser hoje fácil?

Antes de falar das dificuldades do debate, parece-me que é preciso começar por colocar a questão da sua legitimidade na Igreja. A ideia está longe de estar adquirida. Ela continua a colidir mais ou menos na consciência comum com a distinção entre Igreja que ensina e Igreja que é ensinada, fortemente afirmada pelo concílio de Trento (séc. XVI).

Por um lado, o magistério é detentor do saber e da palavra. Do outro lado, o povo dos fiéis aquiesce na

obediência às verdades da fé. O dogma da infalibilidade papal reforçou essa visão no século XIX, num contexto da resposta defensiva da Igreja sobre formulações intangíveis.

O concílio Vaticano II libertou-nos dessas estreitezas. Devolveu-nos a uma visão renovada, dinâmica, da vida da Igreja, aberta ao diálogo dentro dela e com o mundo deste tempo. Em 1964, já Paulo VI convidava a Igreja a fazer-se diálogo, palavra, conversação. E a natureza sinodal da Igreja tem sido fortemente reafirmada desde então.

Trata-se de todos andarem juntos, leigos, pastores, bispo de Roma, que enfrentem juntos as questões da vida da Igreja. Mas temos de reconhecer que mesmo hoje essa inteligência da identidade e da vida da Igreja continua a ser um pouco uma ideia nova...

Debater na Igreja será para alguns erguer obstáculos à unidade dos cristãos?

Considerar o debate é considerar que possa haver pluralidade na maneira de receber o Evangelho, de compreender a vida cristã, de organizar a instituição.

Ora, nós temos muitas vezes uma visão falseada do plural e da unidade. Pensamos o plural sob o signo da divisão ou do relativismo. É uma simplificação muito prejudicial. Porquanto o plural é em primeiro lugar o selo do excesso divino que a fé incorpora: é preciso polifonia para fazer emergir o rosto do Deus da revelação

E é preciso também fazer justiça ao plural, simplesmente porque a vida é complexa e porque é nesta complexidade que Deus está a abrir um caminho e que a Igreja é chamada a viver.

Abramos os Atos dos Apóstolos. Desde a primeira geração cristã houve debate entre uns e outros, por vezes dissensões sérias que obrigaram a reunir, a falar, a inventar a superação dos conflitos. Da mesma maneira, a história do concílio Vaticano II é a de um amadurecimento teológico que se fez através de um debate intenso entre os bispos do mundo.

É preciso que reencontremos confiança no diálogo e no debate, uns com os outros. O que requer incontestavelmente coragem, num momento em que a tendência pesada das sociedades é a de uma regressão para as convicções e identidades voltadas para elas mesmas.

Quais são as questões sobre as quais seria urgente desencadear o debate?

São obviamente numerosas. Algumas podem ser explosivas. É preciso, portanto, que comecemos por admitir que questionar juntos uma realidade da vida da Igreja não é “*ipso facto*” colocá-la em questão. Eu procuro defender, pela minha parte, a causa de uma sabedoria cristã que privilegie a confiança e a escuta do outro, o respeito pela complexidade da vida, sob o horizonte de uma Palavra de Deus que ninguém deve reivindicar ter o total conhecimento.

Tomemos o exemplo do celibato dos padres, que sabemos estar relacionado com os dramas da atualidade. Seria impossível refletir desde já em conjunto simplesmente sobre o sinal de que ele quer ser portador, sobre o acesso a este sinal na nossa sociedade, sobre as condições que permitem que seja vivido, ou então sobre o que significaria a ordenação de homens casados como na tradição oriental?

Num modo menor, secundário, penso também nas questões das “servidoras das assembleias” [acolhem os

paroquianos, distribuem folhas/cadernos, acompanham o ministro da comunhão]. Um tema minúsculo, mas que pode desencadear paixões atreladas, tendo em conta que a liturgia é uma realidade inflamável. E que, de facto, sob aparências folclóricas, dissimula questões de fundo sobre o acesso ao altar, e, portanto, sobre o feminino e o masculino na Igreja, sobre uma conceção “sacralizadora” da função presbiteral. Um verdadeiro estaleiro, na realidade, para uma explicação em conjunto acerca de matérias essenciais.

Há alguma questão que a sensibilize particularmente e da qual lamente a ausência de debate?

Tendo consagrado boa parte da minha vida a trabalhar as Escrituras, sou particularmente sensível à necessidade de fazer dela para a Teologia, mas também para a vida quotidiana dos cristãos, a fonte de inspiração e de conversão.

O papa Francisco convida cada um a tomá-las como companheiras de viagens no documento “*Amoris laetitia*” [sobre o amor na família]. É uma exortação soberba, mas como torná-la realizável?

E se é suposto que a Palavra de Deus irrigue toda a vida dos crentes, que resultado é que isso tem para aquilo que se denomina “*diaconia da Palavra*”? Onde e como é que ela se exerce na Igreja? Quem é responsável por ela na instituição eclesial? Não estou certa de que se possa ater à consideração da homilia dominical. Isto coloca problemas. Os leigos dizem-no em voz baixa. E o papa, em alta voz, reconhece que este é uma verdadeira questão.

De que maneiras plurais a Palavra de Deus pode ser servida, iluminar as inteligências e as práticas, hoje, na Igreja? Se falássemos mais disso nas comunidades cristãs...

E sobre a questão do clericalismo, de que o papa nos pede para sair?

É evidente que há abuso de poder na instituição eclesial, e de maneira mais impressiva quando esse poder se reivindica de uma autoridade divina. Nesse sentido, contesto um pouco uma maneira de relativizar os escândalos atuais ao invocar o facto de haver clericalismo na maneira como alguns leigos podem exercer as suas responsabilidades. Em todo o lado onde há poder nas nossas sociedades, há desvios e abusos. Mas o problema é levado ao extremo quando é de «direito divino» que um poder se exerce.

O remédio só pode ser o de reencontrar a justa identidade do sacerdócio ministerial [de quem é ordenado padre] na sua relação com o sacerdócio batismal [de todos os batizados]. O que implica desde logo renunciar a uma sacralização, que, aliás, já é pouco evangélica, da função presbiteral. Não dissimulemos que o clericalismo se joga já numa certa

maneira de isolar o padre numa excelência que o coloca acima de todos.

Os leigos têm uma certa parte de responsabilidade nesta distorção da identidade sacerdotal. O remédio é simultaneamente retomar a medida da dignidade e da missão inerentes ao Batismo. A exortação “*Gaudete et exsultate*”, que descreve longamente o que é a vocação de todos à santidade, é nesta matéria uma boa leitura, a recomendar.

Como fazer mexer as coisas, depois de séculos de sacralidade?

Há nos humanos que somos um gosto atávico pela sacralização. É, aliás, próprio ao mundo pagão, de acordo com as Escrituras bíblicas, responder amplamente a essa demanda. A frequência das Escrituras é aqui um excelente antídoto. Um só é santo, como um só é Sacerdote. Dito isto, é preciso que o povo cristão ouça mais vezes da boca dos seus sacerdotes como se pode conhecer melhor segundo toda a grandeza da sua vocação batismal. O que implica, evidentemente, que estes últimos sejam treinados no seminário a pensar e viver uma eclesiologia de comunhão.

O arcebispo de Paris pede que haja mulheres presentes nos seminários e que participem no processo de discernimento. Que pensa sobre isso?

Está aí, obviamente, uma proposta maior. Mas, apesar das evoluções positivas – o próprio facto de considerar o assunto –, é claro que a realização a curto prazo de um tal projeto é problemática. Os seminários voltam cada vez mais hoje a ser um microcosmo, onde os padres são formados exclusivamente por padres, sem abertura a esse exterior que será, no entanto, o lugar do seu ministério e das suas responsabilidades. Como subir esse monte? Confesso por agora o meu pessimismo.

A senhora, enquanto teóloga, é convidada a ir aos seminários? A sua palavra é aí escutada?

Sim, e isso faz parte das novidades felizes da vida da Igreja. Eu ensino no seminário há alguns anos e hoje sou mesmo solicitada para orientar retiros a padres, como faço há muito tempo em comunidades monásticas, inclusive masculinas.

Mas, ao mesmo tempo, sou obrigada a constatar que o corpo docente feminino diminui nos seminários que já lhe foram acolhedores. É evidente que alguns seminaristas rejeitam aprender a teologia da boca das mulheres.

No entanto, seria essencial que o curso de eclesiologia, em particular, fizesse justiça a uma inteligência de Igreja aberta à sua amplitude total, lembrando que o

sacerdócio batismal é englobante, como o recorda fortemente o papa Francisco.

Afirma que há hoje menos mulheres nos seminários. É porque não são convidadas ou porque há menos mulheres formadas para o ensino da teologia.

Há todo um viveiro de mulheres formadas, que têm todos os diplomas canónicos necessários. Mas, como é recordado a meia voz àquelas que exprimem o desejo de se formar, os diplomas não lhes garantem qualquer direito a aceder a responsabilidades eclesiais. (...)

E todavia o debate sobre o lugar da mulher na Igreja não é novo.

Digamos que, após o papa João XXIII ter feito da promoção das mulheres um «sinal dos tempos», a instituição eclesial abriu-se à presença e à experiência das mulheres na Igreja e nas sociedades. Recuso banalizar esta novidade.

Mas, com o recuo do tempo, medimos hoje as dificuldades que permanecem em superar para que a Igreja exista, pense, aja associando verdadeiramente homens e mulheres na sua teologia e no seu governo. É preciso reconhecer que alguns discursos de celebração da mulher fazem correr o risco de ter as mulheres à distância da vida concreta da Igreja.

Continua a haver muito a fazer para que ela integre o feminino no plural, se assim ousar dizer. Para que as mulheres cristãs, na diversidade dos seus estados e das suas condições, sejam reconhecidas como parte da missão da Igreja.

Parece-lhe que o papa Francisco está consciente disso?

Estou convencida de que, pela sua longa experiência de homem e de pastor, o papa Francisco tem uma visão clara do problema. Na medida em que pode – mas um papa não é todo-poderoso –, tem a preocupação de favorecer uma verdadeira promoção das mulheres no governo da Igreja.

Ao mesmo tempo, ele reabre concretamente a nossa eclesiologia à amplitude do que ele chama «o povo santo de Deus». E ainda opera concretamente a sinodalidade, da qual reencontrámos o sentido e a urgência durante as últimas décadas, mas que está a custar a entrar verdadeiramente na cultura dos cristãos. Como sabemos, ele apela vigorosamente ao povo dos batizados, a quem relembra insistentemente a sua dignidade e missão. O apelo está lançado. Resta responder-lhe.

in Pastoral da Cultura / SOPHIE DE VILLENEUVE / In *Croire* / Trad.: Rui Jorge Martins / Imagem: D.R. / Publicado em 10.01.2019

o futuro da Igreja está na sinodalidade

O papa Francisco, de maneira eminente e com grande frequência, fala da necessidade de viver a sinodalidade na Igreja de hoje. Na sua perspectiva, viver e instaurar a sinodalidade na Igreja não é só a maior urgência, mas precisamente da prática da sinodalidade depende o futuro da Igreja e o remédio para muitas patologias que hoje emergem devastadoras e dolorosas.

Após o concílio Vaticano II estávamos habituados a falar de “colegialidade” episcopal e presbiteral, enquanto que o termo “sinodalidade” raramente estava presente na linguagem eclesial católica. E quando se evocava a sinodalidade, isso era feito com referência às instituições das Igrejas orientais-ortodoxas, indicando com o termo “sínodo-sinodalidade” a sua forma de governo. É significativo que nos anos de passagem entre os dois milénios tenha sido delineado e apresentado, primeiro a João Paulo II e depois a Bento XVI, um projeto para um sínodo permanente que estivesse ao lado do bispo de Roma, para o acompanhar no seu ministério petrino de solicitude por todas as Igrejas. Este projeto foi elaborado por alguns dos maiores teólogos e eclesiólogos, e foi levado à atenção dos dois papas com grande esperança. É assim que o sínodo era pensado e desejado, como renascimento da forma de governo da Igreja.

Quais são as etapas a percorrer como “processo sinodal”? Ao início está a escuta: escuta da Igreja, escuta na Igreja, escuta do mundo entendido como humanidade

Uma vez bispo de Roma, Francisco, depois de ter feito algumas referências à forma sinodal como estruturação das Igrejas ortodoxas, das quais extrai ensinamento, começou a usar o termo “sínodo-sinodalidade” com um significado muito mais amplo: sínodo é um processo, é uma modalidade de viver a Igreja; sínodo é o caminho eclesial que todos devem fazer juntos, porque os cristãos são companheiros de viagem, “sinodais”; comunhão; sínodo é também liturgia, sendo um ato de uma assembleia santa, sacramental.

É preciso, por isso, assumir uma conceção do sínodo e da sinodalidade que vá além do significado de um acontecimento pontualmente celebrado: a sinodalidade como estilo de vida eclesial, como processo simbólico, porque batizados e hierarquia o vivem em conjunto, como processo pericorético, porque se alimenta da circularidade entre todos os componentes da Igreja. Sim, admite-se que não estávamos prontos para tal compreensão da sinodalidade, e precisamente por isso de um lado devemos reconhecer um atraso da reflexão teológica sobre o tema, do outro devemos confessar uma dificuldade real em chegar a esta nova compreensão indicada pelo papa Francisco.

A propósito, seriam muito importantes a meditação e a oração do “Adsumus”, uma prece com que há mais de um milénio no ocidente se abrem as assembleias sinodais. Neste texto, que é uma verdadeira epiclese [invocação do Espírito Santo] sobre a assembleia, está presente uma “confessio peccatorum ecclesiae”, portanto, uma “penitência” em que a Igreja se reconhece pecadora, mas sabe também colocar-se à escuta da Palavra de Deus e em escuta recíproca entre irmãos

e irmãs, para procurar através do discernimento feito em conjunto a sinfonia espiritual nas ponderações e nas decisões.

A escuta de todos, membros fortes ou frágeis, justos ou pecadores, inteligentes ou simples, judeus ou gregos, homens ou mulheres, é uma confissão prática e uma celebração da unidade dos batizados em Cristo

Seja, no entanto, claro: nesta compreensão, um sínodo não pode ser uma assembleia reservada aos “quadros”, à hierarquia, a quantos estão à cabeça de grupos ou instituições, mas é uma assembleia de batizados em que cada um e todos devem ser escutados, devem confrontar-se no diálogo que não exclui os conflitos, devem encontrar convergências na caridade fraterna eclesial, devem produzir uma deliberação a que obedecer. Isto segundo o antigo princípio eclesial “quod omnes tangit, ab omnibus tractari et approbari deber”; “o que diz respeito a todos, por todos deve ser discutido e aprovado”.

Para compreender o processo sinodal, é preciso afirmar, antes de tudo e sempre que a sinodalidade só pode ser um caminho feito em conjunto pelos cristãos, sob a hegemonia do Espírito Santo prometido pelo Senhor Jesus à sua Igreja. O “sín” (em conjunto, com) não implica só que os cristãos caminhem juntos, mas envolve também a ação do Espírito Santo, que, invocado, desce, inspira e acompanha todo o processo sinodal. Ou o sínodo é um acontecimento em que é o Espírito a ter o primado e a agir, ou não é um sínodo da Igreja, mas só um encontro, uma assembleia, uma instituição social. Porque no sínodo deve ser acontecer uma “conversão do coração”, uma inspiração que indica, ensina, mostra e revela qual é o caminho da Igreja segundo a vontade de Deus. Dito de outra maneira, deve tratar-se de um predispor tudo a fim de que o Espírito Santo possa conduzir até ao termo o trabalho iniciado. Quais são, portanto, as etapas a percorrer como “processo sinodal”?

Ao início está a escuta: escuta da Igreja, escuta na Igreja, escuta do mundo entendido como humanidade. Emergem sempre necessidades, desafios, crises, conflitos que devem em primeiro lugar ser lidos e escutados, não negligenciados nem removidos. Todo o povo de Deus deve exercitar esta vigilância e estar à escuta. Os Atos dos Apóstolos testemunham que a sinodalidade foi percorrida pela Igreja nascente já para reconstituir o grupo dos Doze, mutilado após a traição de Judas. Depois fez-se um caminho sinodal para resolver o conflito entre judeus e helenistas na repartição e partilha dos bens, e o mesmo aconteceu perante a ameaça de um cisma na comunidade cristã entre missionários evangelizadores dos pagãos e a comunidade dos judeo-cristãos de Jerusalém.

Não estamos exercitados nesta escuta, e mesmo nas comunidades monásticas, que deveriam ser casas e escolas de sinodalidade, na realidade esta operação é difícil, de tal maneira que dá lugar a uma demissão geral e à escolha de deixar a palavra, e, portanto, a decisão, à autoridade

Trata-se, por isso, de saber ler e escutar a realidade com os seus inesperados níveis de crítica. Escutar torna-se, consequentemente, escutar-se um ao outro, na vontade de aprender algo do outro e acolherem-se reciprocamente: a escuta de todos, membros fortes ou frágeis, justos ou pecadores, inteligentes ou simples, judeus ou gregos, homens ou mulheres, é uma confissão prática e uma celebração da unidade dos batizados em Cristo. Todos têm a mesma dignidade de filhos e filhas de Deus, e por isso de irmãos e irmãs de Jesus Cristo: «Um só corpo, um só espírito, uma só vocação», uma única comunhão eclesial! A Igreja é uma fraternidade (“adelphotes”), os cristãos são «pedras vivas do edifício espiritual» que é a Igreja, e em cada um deles está presente o Espírito Santo, a “unctio magistra”, aquele “odor” – diz o papa Francisco – que o habilita a narrar as maravilhas realizadas pelo Senhor, a reconhecer a sua ação e a viver a sua existência como dinâmica do Reino.

Comunidade profética, sacerdotal e real, a Igreja alimenta-se da corresponsabilidade de todos, na pluralidade dos dons e dos ministérios dados pelo Espírito Santo a cada um. O caminho sinodal é o caminho desta realidade que quer percorrer o mesmo caminho, permanecer unida numa comunhão real, para chegar à mesma meta: o reino de Deus. Tomar a palavra é por isso essencial na vida da Igreja, porque significa comunicar, entrar num debate, num diálogo que plasma quantos se escutam reciprocamente, e cria neles solidariedade e corresponsabilidade. Assim a sinodalidade é geradora de uma consciência eclesial, de uma fé pensada e motivada que torna todo o batizado protagonista da vida e da missão da Igreja.

Nesta escuta “horizontal” deve estar sempre presente a escuta do Evangelho, daquilo «que o Espírito diz às Igrejas». Quero dizer «nesta escuta» dos irmãos e das irmãs, e não «junto a esta escuta», porque não é possível separar a escuta intra-humana da escuta de Deus. Deus fala-nos nos acontecimentos, nos encontros com os outros, na espessura do quotidiano, quer escutemos a sua Palavra na liturgia ou na “lectio divina”, quer quando encontramos os nossos irmãos e irmãs em humanidade. É verdade que, no que respeita à escuta é preciso distinguir entre a dimensão litúrgica e o contacto direto com a Palavra contida nas Escrituras, por um lado, e a dimensão dos sinais dos tempos, da história, da vida diária, por outro.

A sinodalidade não se esgota num acontecimento celebrado (um sínodo), mas deve surgir como estilo quotidiano da Igreja: caminhar juntos, pastores e povo de Deus, na peregrinação que toda a Igreja realiza para o Reino

Em todo o caso, é verdadeiro que este primeiro passo da escuta recíproca e da tomada da palavra é hoje mais difícil e árduo, porque a sinodalidade requer obediência ao Evangelho, pertença eclesial, formação contínua, disponibilidade para a mudança e para a criatividade: não estamos exercitados nesta escuta, e mesmo nas comunidades monásticas, que deveriam ser casas e escolas de sinodalidade, na realidade esta operação é difícil, de tal maneira que dá lugar a uma demissão geral e à escolha de deixar a palavra, e portanto a decisão, à autoridade. Mas repito: o primeiro passo sinodal continua a ser a escuta recíproca, a tomada da palavra da parte de todos, ninguém

excluído, a vontade de não esconder ou remover os conflitos, que devem ser enfrentados, a afirmação da fraternidade através do reconhecimento da subjetividade do outro e da sua responsabilidade. Toda a assembleia, e no seu interior cada um e cada uma com a escuta e a palavra, são capazes de mostrar o acordo «com toda a Igreja».

Depois desta primeira etapa, impõe-se empreender um caminho para decidir e deliberar. Os órgãos eclesiais de exercício da sinodalidade previstos até agora – sínodo dos bispos, sínodo diocesano, conselho presbiteral e pastoral, conselho pastoral paroquial – são todos consultivos, ou seja, preveem uma consulta para chegar a uma deliberação sinodal. Consultar significa acolher um parecer ou uma proposição vinda de uma assembleia ou dos seus membros, mas a autoridade não está vinculada a estas propostas. Está vinculada a solicitá-las e a escutá-las, mas permanece livre no deliberar, e não tem sequer de honrar uma maioria expressa deste modo. A deliberação da Igreja realiza-se com o concurso de todos, mas nunca sem a autoridade pastoral (papa, bispo, pároco), a qual assume a responsabilidade pessoal da decisão, e no entanto «não se afastará das opiniões ou votos expressos em larga maioria, a não ser por graves motivos de caráter doutrinal, disciplinar ou litúrgico» (Congregação para os Bispos, “Apostolorum successores” 171, 2004). Seja em todo o caso reconhecido que, segundo o mesmo documento, no sínodo todos os membros são chamados a colaborar ativamente na elaboração das declarações e dos decretos.

A elaboração da decisão de uma assembleia sinodal pertence, portanto, aos membros que a compõem, enquanto que a decisão cabe à autoridade pastoral, que a assume e a delibera. É verdade que se admite que a expressão “votum tantum consultivum” (“voto só consultivo”) é inadequada para indicar a sinodalidade como caminho de comunhão; mas estamos só no início de uma nova aquisição de todo o processo sinodal, que hoje quer absolutamente reconhecer a diversidade dos carismas e dos ministérios, e a qualidade do povo de Deus enquanto sujeito que, alimentado pelo “sensus fidei”, é sem certo sentido infalível “in credendo” [ou seja, ao crer, não pode enganar-se, ainda que não encontre palavras para explicar a sua fé]. Os pastores, juntamente com o povo de Deus, em sínodo, devem «examinar tudo e discernir aquilo que é bom», procurando sempre, em conjunto, a conformidade da vida e do comportamento do povo de Deus com o Evangelho.

Discernir e deliberar é um ato eclesial, inspirado pela Palavra de Deus, fruto do exame dos sinais dos tempos, gerado por uma escuta e por um debate fraterno que necessita do concurso de cada um e de todos para conseguir elaborar e decidir conjuntamente aquilo que em seguida é deliberado pela autoridade pastoral, que não pode dispensar o contributo dos diversos ministérios e carismas eclesiais. A sinodalidade não se esgota por isso num acontecimento celebrado (um sínodo), mas deve surgir como estilo quotidiano da Igreja: caminhar juntos, pastores e povo de Deus, na peregrinação que toda a Igreja realiza para o Reino. “Ex concordantia sussistit ecclesia”; “a Igreja subsiste a partir do acordo, da concórdia” entre todos os seus membros.

Desencadear processos sinodais na Igreja é não só urgente, mas também decisivo, para impedir uma situação de comunidade cristãs desfiadas que já não sentem a comunhão na Igreja local e na Igreja católica, universal.